

Acta nº 1/2003

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e três, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Expediente para conhecimento;
2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
3. Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos;
4. Proposta de Projecto de Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Montalegre;
5. Proposta de Projecto de Regulamento de Inventário e Cadastro do Património;
6. Proposta de Alteração da Tabela de Taxas e Licenças Municipais.

Registando-se quorum, estiveram presentes sessenta membros. Não compareceram à chamada os senhores Francisco Afonso Surreira, Nuno Duarte Miranda Justo, António Eduardo Moraes Batista dos Santos, João Gonçalves Surreira, Luis Filipe Lopes Afonso Carril, Pedro Nuno da Cruz Giesteira, José Domingo Silva Ferrage, José Miranda Alves, Armando Rodrigues Mendes Duarte, António Gregório Azevedo Dias, e Paulo Jorge Dias Barroso.

No prazo legal justificaram as faltas à sessão do dia 20 de Dezembro de 2002 os senhores Maria de Fátima Pereira Fernandes, Acácio Silva Gonçalves, João Gonçalves Surreira, Luis Filipe Lopes Afonso Carril e António Pires Pereira.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

A acta da sessão anterior, foi posta à consideração tendo os deputados António Azevedo e António Cascais feito alguns reparos.

O deputado António Azevedo disse que na página 9 da acta se refere que a estrada está estreita e assim continua e que é perigosa devido aos acessos.

O deputado António Cascais disse que a acta está confusa, nomeadamente na menção aos nomes de alguns jornais. Pediu ainda que se acrescentasse à página 11, verso, 4º parágrafo, o seguinte: “desafiando o Sr. Presidente da Câmara à confirmação dos números”.

Posta a votação a acta, foi aprovada por maioria com uma abstenção.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, Acácio Gonçalves, Amadeu Fortunas, Acácio Moura, Ricardo Moura, Duarte Soutinho, Paulo Cruz e Domingos Pires.

O deputado António Cascais disse que alguns membros eleitos das Assembleias de Freguesia estão a contestar junto das entidades responsáveis algumas irregularidades que são cometidas no funcionamento das Assembleias de Freguesia e que, ao fim e ao

cabo, são questões miudinhas. Acontece que muitas vezes as pessoas não estão preparadas para contra-argumentar com essas instituições. Referiu ainda, e como exemplo, um presidente da Assembleia de Freguesia que não convocou a respectiva reunião para aprovação do Plano de Actividades em Dezembro, conforme obriga a Lei, porque o Presidente e o Secretário da Junta ausentaram-se durante aquele mês, mas convocou-a em Janeiro, não tendo cumprido os prazos. Este processo, para justificar e responder, vai acarretar despesas e vai prejudicar a Junta de Freguesia. Sabe que há juntas eleitas pelo Partido Socialista que também têm problemas deste tipo. Deixou o alerta para que não se confrontassem os respectivos órgãos com questões de lana caprina.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o caminho que dá acesso a um lagar de azeite, em Vila Nova, foi alcatroado, mas não foi manilhado o corgo, o que deu origem a que se alagasse um muro, que constitui perigo para a população. Disse que a estrada Paradela-Ferral não tem sinalização, só 20% das valetas é que estão feitas e os aquedutos estão cheios de entulho e mato. Esta Câmara tem admitido tanto pessoal e deve pô-lo a trabalhar, verificando quem se coloca à frente dos serviços. Todos sabemos que há pessoas à frente de serviços que não têm competência, nem dimensão humana, portando-se como capatazes e é preciso mudar isto.

O deputado António Ferreira entregou o seguinte documento à Mesa: “Há tempos, numa reunião de Câmara, o PSD votou contra a aquisição e pagamento de terrenos na variante junto ao rio, propriedade da Comissão Fabriqueira de Montalegre (e não da Misericórdia como, por lapso, então foi referido).

Isso aconteceu na ocasião em que os vereadores do PSD tiveram igual procedimento em relação a um subsídio para a Junta de Venda Nova, para a Feira do Prémio.

Há dias vinha uma notícia num jornal regional sobre uma deliberação da Câmara em que a vereadora do PSD contestava a indemnização aprovada à Cooperativa, no valor de 50.000 euros por ocupação comprovada de terrenos pela Câmara há mais de 15 anos.

Isso foi comprovado pelos serviços técnicos e entendeu-se justo e legal.

Entendemos nós também que se a Cooperativa tem a receber, deve receber; se a Cooperativa tem a pagar, deve pagar. É assim que devem funcionar as relações.

Em face disto quero questionar o PSD do seguinte:

Perante este comportamento, de alguns dos seus vereadores, estaremos perante uma desconfiança das instituições, por parte do PSD, ou tratar-se-á, no caso da Cooperativa, de um caso pessoal?”

O deputado Acácio Gonçalves congratulou-se pelo sucesso da Feira do Fumeiro, a afluência de pessoas e as vendas, que corresponderam às expectativas. Sobre o desfile de Carnaval, disse que foi bonito, principalmente por causa da juventude, mas registou com desagrado a não participação da Escola Secundária de Montalegre no desfile. Claro que esta escola é constituída por jovens que dariam mais brilho ao evento. Pensa que a Escola não tem razões para este procedimento e não sabe porque o faz. Será porque não está representada no Conselho Municipal? Até nisto está em falta porque isso não

lembra ao diabo. Quanto à EDP, o apaga/acende nunca mais acaba. É preciso notificá-la para que não se passe isto nunca mais. Lendo a acta anterior, verificou que o Presidente da Junta de Cervos questionou a Câmara acerca dos arruamentos do Barracão, só lamenta que não se fale em obras para o Alto Fontão que já há muito tempo que não se fazem lá obras. A estrada que existe foi feita no tempo dos colonatos e nunca foi limpa. Pergunta se esta aldeia não merece. Disse que o Presidente da Junta não se preocupa porque só há vinte votos naquela localidade. Falou ainda do antigo caminho que liga a Portela a Donões e disse que devia pedir indemnização à Câmara porque as vezes que lá tentou passar ficou atolado. Ainda não se resolveu o problema porque a Junta diz que é com a Câmara e esta, por sua vez, diz que é com a Junta. Disse ainda que o caminho que dá acesso à Azenha da vila está em muito mau estado e, como àquele local vão pessoas de certo gabarito, deveria ser arranjado.

O deputado Amadeu Fortunas agradeceu as obras que a autarquia fez na Escola de Paradela. Sobre o estradão de Lamas disse que deve ser posto transitável já que está a chegar a época de pesca e é um local de passagem para alguns pescadores.

O deputado Acácio Moura perguntou se havia alguma possibilidade de criar, na Câmara, um gabinete de apoio às Juntas de Freguesia já que estas sentem algumas dificuldades na elaboração das Contas de Gerência.

O deputado Ricardo Moura disse que é preciso haver mais rigor nas horas de chegada para o início das sessões das Assembleias Municipais. Parece-lhe ver toda a gente contente com o actual governo porque ninguém tem a coragem de dizer nada. Vê-se todos os dias a arrogância de um Primeiro Ministro que diz que não recua nem um milímetro. Quem tem bons empregos pode aguentar a crise, mas os agricultores estão a passar por uma fase muito má.

O deputado Duarte Soutinho perguntou qual o horário de funcionamento da iluminação eléctrica nas aldeias. Perguntou também quando é que se revê o PDM; o de Boticas esteve em discussão pública até Dezembro e perguntou se a Câmara de Montalegre participou na sua discussão ou se contestou alguma coisa. Sobre a intervenção do sr. Ricardo, disse-lhe que o PIDAC para Montalegre, durante o ano de 2003, vai ser de um milhão de euros.

O deputado Paulo Cruz disse que não compreende porque é que o PSD critica a actuação da Câmara, quando se vêem melhorias significativas e não houve críticas relativamente ao governo. É sinal que concordam que se façam promessas e, quando se é poder, as promessas ficam por cumprir. Na altura da campanha eleitoral, o Primeiro Ministro até arranjou uma costela transmontana para dizer que iria fazer tudo para melhorar esta região e, sobre aquilo que tinha sido prometido, nada vai acontecer como, por exemplo, a Universidade de Bragança, que não vai avançar, o Pólo de Chaves, que não vai para a frente, e os problemas do Douro que, em vez de os resolver, agrava-os ainda mais. Às pessoas que criticam a Câmara e acusam quem a gere de má gestão e despesismo, perguntou o que é que pensam do actual governo porque era bom que se esclarecesse a posição do PSD que está sempre a criticar aquilo que a Câmara faz no concelho e aceita o que faz o governo. Assim, manifesta a sua indignação porque não se pode prometer tudo nas eleições e depois não cumprir nada. É por isso que as pessoas têm uma má imagem dos políticos. É altura de o PSD/Montalegre dar um recado aos

governantes do PSD porque a ligação deve ser forte e porque até o máximo representante do distrito do PSD é o Presidente da Câmara de Boticas.

O deputado Domingos Pires pediu o melhoramento de algumas captações de água na sua freguesia, designadamente na Cela e Sirvozelo.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu a palavra para dizer este governo tem demonstrado uma grande falta de respeito para com as regiões do interior e sobretudo para com as mais frias do país. Aqui não se gastaram milhares de contos com a instalação da rede de gás natural. É vergonhoso que tenham aumentado o gasóleo para aquecimento. Espanta-se ao verificar que as Câmaras destas regiões ainda não se tivessem unido para tomarem uma posição sobre este assunto.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

Este, ao deputado António Cascais, disse que não gosta de guerrilhas. Os autarcas devem fazer combate nos órgãos próprios e não é a guerrilha das coisas pequenas e do bota abaixo que vai levar ao sucesso e que questões de pequenas irregularidades formais não terão o seu apoio. É preciso bom senso e a imagem dos políticos anda nas ruas da amargura por aquilo que se diz uns dos outros. É preciso respeito e solidariedade para com os órgãos que cada um representa.

Sobre a intervenção do deputado António Ferreira, disse que as questões sobre a Cooperativa são objectivas. Há gente do PSD que critica, mas parecem questões pessoais a atingir as instituições.

Ao deputado Domingos Vasconcelos, disse que há problemas com o empreiteiro que executou a estrada Paradela-Ferral porque está na falência. Não há mais valetas em betão e a obra está ainda entregue ao empreiteiro.

Ao deputado Acácio Gonçalves, disse que as escolas foram todas convidadas pela Câmara para participarem no desfile de Carnaval. Cada escola é que sabe quais são as possibilidades e as disponibilidades que tem. Sobre o Conselho Municipal, disse que o vereador Orlando Alves poderia dar uma explicação mais alargada sobre a sua metodologia, mas referiu que não é matéria para criar grandes divergências, quem estiver presente pode representar todos os outros. Sobre o mau serviço prestado pela EDP, disse que é geral e constante. Disse ainda que há poucos dias atrás tinha sido bastante duro com a EDP porque não respondiam a uma série de solicitações que a Câmara tinha feito. Pensa que a sub-estação de Salto, porque se tem batido, onde o investimento é grande, vai trazer algum melhoramento para o Baixo Barroso, mas referiu que não tem grandes ilusões porque a EDP não tem pessoal. Neste momento tem dois funcionários para cobrir todo o concelho de Montalegre, que são insuficientes para tratar das avarias e não têm meios para fazer a manutenção. Pediu aos senhores Presidentes de Junta que fossem objectivos nas reclamações que fazem junto da EDP. Que anotassem o dia e a hora das avarias e indicassem os prejuízos que essas avarias causaram para não dar oportunidade de defesa à EDP e que enviassem cópia das cartas à Câmara. Sobre os caminhos, disse que a prioridade é a rede viária principal. Há caminhos agrícolas e rurais que não podem ser transformados em estradas. Conservar a rede viária principal é uma exigência financeira enorme, quer na conservação, quer no

pavimento. Nos caminhos vai-se fazendo a sua manutenção dentro das possibilidades financeiras da autarquia. Sobre o caminho da Azenha, disse que, tratando-se de um caminho vicinal não há dúvidas de que a responsabilidade é a Junta, mas será dada a colaboração da Câmara para o seu arranjo.

Ao deputado Amadeu Fortunas, disse que o caminho de que falou não é para servir os pescadores, é para os agricultores. Não é prioritário nem na conservação nem para se transformado em estrada.

Ao deputado Acácio Moura, disse que as Juntas de Freguesia têm de se aperfeiçoar e têm que apresentar as contas formalmente certas, conforme manda a lei. Disse ainda que o vereador Nuno Pereira tem feito muito trabalho, mas não pode fazer tudo, tem indicado como se faz. Acrescentou que, se for necessário, pode-se mandar especializar um funcionário da Câmara para dar apoio.

Ao deputado Duarte Soutinho, disse que o horário da iluminação pública é diversificado, mas, na maior parte das localidades, apaga por volta de uma hora. Se nalguma localidade as luzes estiverem acesas durante o dia, pediu que os Presidentes de Junta comunicassem à Câmara ou à EDP para se alterar porque são despesas inúteis. Sobre o PDM, disse que está em revisão, mas não vai ter o que as pessoas querem, as restrições vão ser cada vez maiores. Não vale a pena pensar que se vai aumentar o perímetro urbano em todos os locais, só vai ser alargado em situações pontuais. O PDM vai ser feito com base numa cartografia nova que ainda não foi feita porque o tempo não tem permitido. Só deverá ser iniciado esse trabalho durante o mês de Março. Informou ainda que o PDM tem de ser aprovado por várias instituições e o governo só o publicará quando houver a aprovação de todas essas instituições. Disse ainda que a cartografia foi encomendada por todas as Câmaras do Alto Tâmega em conjunto e que qualquer avanço no processo não serve para ganhar tempo porque tudo se deve fazer sobre a nova cartografia.

Ao deputado Domingos Pires, disse que a Câmara vai ver o sistema de abastecimento de água na Cela, mas disse ainda que era preciso aproveitar os recursos do PNPG, que faz grandes investimentos noutras áreas que talvez não fossem prioritárias.

Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que este governo tem mostrado grande insensibilidade para com as regiões do interior. As pessoas já pagam mais em tudo e agora ainda têm que pagar mais pelo gasóleo de aquecimento, sabendo-se que estas verbas não resolvem os problemas do défice nem de coisa nenhuma. Perguntou como é possível um trabalhador ganhar, em Trás-os-Montes, 100 contos e o mesmo trabalhador ganhar, em Lisboa, 300. Não se vêem medidas para acabar com estas assimetrias. Não se tratam de questões partidárias, é uma questão delicada em que todos se devem unir para alterar estas situações porque senão, daqui a 10 anos, a desertificação vai ser muito maior.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, inscreveram-se para esclarecimentos os senhores deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, Duarte Soutinho, Jorge Fernandes e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que há um ano tinha sido constituída uma comissão para alteração do Regimento, mas nunca reuniu e que devia ser alterado para responder

às questões que lhe foram colocadas. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, disse que se não fosse a questão da água da Cela, não compreendia a sua postura para uma questão tão essencial como é a água e até estaria de acordo com o que foi referido por ele. Sobre a posição de uma vereadora do PSD na sessão da Câmara sobre a aquisição de um terreno à Cooperativa Agrícola, disse que foi uma questão de preço. Revê-se na posição da vereadora que votou contra e sem medo que um dia a acta, dessa sessão seja levada aos dirigentes da Cooperativa. Trata-se de um terreno que vai ser vendido por 10.000\$00/m² e esse preço não se justifica porque esse terreno vai beneficiar das infra-estruturas que foram feitas no loteamento da Câmara. Disse não se tratarem de questões pessoais porque até é grande amigo do dirigente dessa instituição, mas as suas funções políticas obrigam-no a insurgir-se contra certas situações. Sobre as questões do Governo da Nação, disse que não era hábito trazer para as Assembleias Municipais as questões do governo porque para isso estão lá os políticos para as discutirem e ele próprio sente-se “pequenino” para entrar nessas discussões. Disse ainda que toda a gente devia pensar sobre o que é uma gestão de futuro e uma gestão actual. Aconselhou ao deputado Paulo Cruz, entre outros, a leitura do livro “incerteza do futuro” onde ele irá encontrar muitas respostas às questões que colocou. Disse ainda que os efeitos da economia demoram anos, não é de um momento para o outro que se fazem sentir e há um conjunto de factores que influenciam a economia de um país.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o muro de que tinha falado constitui grande perigo para três famílias que residem naquela rua. O muro está a cair e está a estreitar o caminho.

O deputado António Ferreira disse que, em relação ao Carnaval, a Escola Preparatória era a escola que intervinha no sentido de dinamizar o Carnaval e este ano fez igual. Mas referiu ainda que não se podia criticar a Escola Secundária porque as escolas podem não estar em condições de participar. Na sua opinião, disse aquele estabelecimento de ensino devia ter participado. Disse ainda que, por este andar, toda a gente vai comer défice pois, ultimamente, só se fala nesse assunto e ninguém se lembrou ainda de falar no ouro que o Banco de Portugal já vendeu. Sobre a Feira do Porco de Boticas, disse que o lanche que foi dado aos convidados mais parecia os lanches dos reis de outros tempos. Disse que essa feira tinha sido muito elogiada pelo Ministro, Isaltino Morais, que fez a inauguração e só lamentou que o Secretário de Estado, Dr. Miguel Relvas, não tivesse tido uma palavra de apreço para a Feira do Fumeiro de Montalegre, quando cá esteve e tivesse só criticado, e feito política no mínimo indelicada.

O deputado Duarte Soutinho disse, sobre a iluminação pública, que uns parecem filhos e outros enteados. Há aldeias que apagam a luz à 1 da manhã e outras apagam às 4 horas. Sobre o PDM de Boticas, disse que quer o Conselho de Baldios, quer a Junta de Salto, quer os vereadores do PSD contestaram o PDM de Boticas porque estava errado, o que não aconteceu com a Câmara de Montalegre.

O deputado Jorge Fernandes falou de algumas obras que foram feitas pela Câmara na Freguesia de Cervos, as quais não foram dadas a conhecer ao Presidente da Junta.

O deputado Paulo Cruz agradeceu as sugestões de leitura que o deputado António Cascais lhe deu, mas pediu que as desse ao seu líder Durão Barroso porque não foi ele que fez as promessas, já que sempre disse que conhecia os problemas e o défice do país.

Todos os dias vemos o governo a dizer que a situação do país é muito má, aumenta os impostos e aquilo que o governo PS deixou tem sido vendido ao desbarato.

Sobre o Regimento, o Sr. Manuel Carvalho explicou que tinha sido elaborada uma Comissão da qual fazia parte ele próprio, o António Cascais, o Acácio Gonçalves, o Armando Duarte e o António Ferreira para alterar o Regimento. Disse que tinham sido marcadas várias reuniões e nunca tinham feito nenhuma por motivos pessoais, da sua parte.

O deputado António Cascais pediu a palavra para corroborar a explicação que foi dada pelo Sr. Manuel Carvalho.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara respondeu aos interpelantes e disse que, em relação ao terreno da Cooperativa, não houve uma aquisição, houve sim o pagamento de uma indemnização. Parece-lhe que sobre este assunto há um certo nervosismo por parte de algumas pessoas e ficou com a ideia de que a atitude que teve a vereadora do PSD é extensiva a todo o partido, o que o deixa espantado porque denota a falta de respeito para com as instituições. Informou ainda que a Cooperativa vai receber 10 mil contos, mas vai pagar mais de taxas de urbanização. Trata-se de um problema deixado pelo PSD. De desenvolver a questão de uma ocupação de terreno há mais de 15 anos, já registado pela Câmara e vendido. É justo e é legal. A Cooperativa recebe o que tem direito e paga o que deve pagar. Em relação às questões políticas do país, diz que compreende aquilo que lhes vai na alma porque aquilo que foi prometido não está a ser cumprido. O Governo faz um cavalo de batalha sobre o défice e vende a rede fixa da PT, a Quinta da Falagueira ao desbarato, etc. Aquilo que foi dito pelo governo foi que nunca venderia o património do Estado para combater o défice, nem seriam cometidos crimes de lesa-pátria. Disse ainda que o deputado Paulo Cruz tinha levantado uma questão importante. Se o PSD conhecia a situação do país e em campanha eleitoral afirmou que o défice era de 5%, então como é que prometeu baixar os impostos e aumentar as reformas? Sobre as questões levantadas novamente sobre o PDM disse esperar as reacções correctas do PSD e de quem levantou esse problema sobre o PDM de Boticas, sendo sua obrigação contestarem o que não estiver correcto, fazendo agora aquilo que não fizeram na altura que o PDM de Montalegre esteve em discussão pública. Mas pode ser que as pedreiras ou o dinheiro das pedreiras resolva algumas coisas. Sobre os trabalhos na freguesia de Cervos, disse que o Eng^o Tomaz foi a Cervos fazer a alteração de alguns trabalhos, onde só estavam a fazer asneiras.

O deputado Acácio Gonçalves pediu a palavra para prestar o seguinte esclarecimento: estava de harmonia com o Governo e está de acordo com o Presidente da Câmara quando este se insurge contra o aumento do gasóleo para aquecimento já que estamos numa zona muito fria e é até uma forma de poupar os nossos carvalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Expediente para conhecimento

O Senhor Presidente da Assembleia informou quais os cargos que o Senhor Presidente da Câmara ocupa actualmente: vice-presidente da A.G. da EHATB, Presidente do Conselho Fiscal ADRAT e vogal do Conselho de Administração da AMAT. Informou ainda que o deputado João Gonçalves Surreira tinha pedido a renúncia do seu mandato,

tendo sido substituído pelo deputado Albino José Ribas. Informou ainda que tinha recebido duas Moções aprovadas pelas Assembleias Municipais de Matosinhos e do Porto sobre o ataque ao Iraque. A Moção apresentada pela Assembleia de Freguesia de Matosinhos, cujo teor se transcreve a seguir, foi posta a discussão:

“A iminência do ataque americano contra o Iraque coloca o mundo perante a estupefacção generalizada de uma ofensiva belicista injustificada e injustificável.

Numa altura em que o governo iraquiano tinha cedido às exigências internacionais, em que os inspectores da ONU se encontram no meio do seu mandato, componente de uma negociação política não concluída, não existe a menor justificação para um ataque armado, nem ,mesmo à luz da argumentação americana.

Esta ofensiva em nada contribuirá para o equilíbrio no Médio Oriente, pelo contrário, não fará mais do que agravar a catástrofe do povo iraquiano, duplamente vítima de um regime ditatorial e de anos de bloqueio económico e humanitário. Mais do que isso, irá agravar a situação numa região do globo, longamente marcada por décadas de conflitos armados para os quais tem contribuído o objectivo de controlar o preço do barril de petróleo nos mercados mundiais.

Do ponto de vista dos valores éticos e políticos mais elementares não é possível senão condenar abertamente a escalada dos preparativos de guerra que o governo americano se prepara para desencadear. A Assembleia Municipal de Matosinhos, reunida no dia 30 de Dezembro de 2002, apela a todas as Assembleias Municipais que se juntem a este apelo, junto do Governo americano, e que, em nome do futuro e da dignidade humana declare todo o território nacional como território de paz”.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António Ferreira e Acácio Gonçalves.

O deputado António Cascais disse que mais uma vez se sentia “pequenino” para discutir este assunto. Ninguém quer a guerra e era muito bom que este problema se resolvesse de outra forma. Esta guerra será patrocinada pelos Estados Unidos, fruto do ataque do 11 de Setembro. Todos sabíamos que o mundo ia mudar e vai mudar ainda mais. Todos sabemos também que a questão do petróleo é importante. Aconteceu o ataque terrorista em Bali e num mundo assim não é possível viver. Todos sabemos ainda que um kamikase chega a um estádio de futebol e basta-lhe carregar num botão para matar centenas de pessoas. Este grupo de terroristas não actua sozinho, tem de ter por trás grandes investimentos, são apoiados por radicais, apoiados por países vizinhos. No Conselho das Nações Unidas existe uma resolução que traça as condições gerais em que se deve actuar. Toda a gente reconhece que há um perigo de fornecimento terrorista. A questão é como é que se deve acabar com ela. Há quem defenda que se deve resolver com uma palmadinha nas costas e há outros que defendem que se devem bombardear as bases que contêm armas de destruição maciça. Terminou dizendo que não quer a guerra, mas está pelos países e pela liberdade.

O deputado António Ferreira disse que é preciso ter em conta os prejuízos que uma guerra traz para o mundo. Na sua opinião, é muito menos dispendioso manter os inspectores da ONU no Iraque durante 15 ou 20 anos para os controlar do que manter uma guerra por mais curta que seja. É verdade que Saddam Hussein chacinou os

curdos, mas teve o apoio dos Estados Unidos. O único interesse que os Estados Unidos têm no Iraque são as reservas de petróleo porque querem poupar as deles para explorarem as iraquianas. Toda a gente está contra a guerra, excepto o governo português e o governo espanhol, que são parecidos. Terminou, perguntando se há alguém que tenha provas de que os inspectores da ONU tenham encontrado armas de destruição massiva.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a invasão do Iraque é inevitável e está mais preocupado com o futuro e o futuro são organizações como a ONU e a NATO e, acabando a ONU, onde é que nos vamos fazer ouvir? A NATO é a defesa do mundo. De facto, o Iraque será invadido e ninguém tem dúvidas que Saddam é um ditador e cria mazelas nos iraquianos. Lamenta que a NATO tivesse entrado em contradição. Portugal apoiou por razões que toda a gente conhece, embora haja vozes dentro do governo que discordem. Disse ainda que o terrorismo é nefasto para a população. Atacar países é mau porque acaba sempre por atingir a população.

Findas as intervenções, a moção apresentada foi aprovada por maioria com oito votos contra e uma abstenção.

2. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, Domingos Vasconcelos, José Coelho, Acácio Gonçalves e António Ferreira.

O deputado António Cascais registou com agrado o arranjo do caminho do Mouro de Sezelhe. Disse ainda que, durante os meses de Janeiro e Fevereiro, foi visível os camiões da Câmara fazerem o transporte de escombros das obras do túnel para o concelho de Montalegre e algumas carradas foram colocadas em frente ao restaurante Alto Rabagão e outras na Aldeia Nova. Foi informado de que a Câmara tinha colocado nessa obra, que está a cargo da Somague, uma giratória. Pediu informações sobre isso.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o caminho das eólicas vai ser regularizado pela Câmara e não faz sentido porque quem devia repará-lo devia ser a empresa.

O deputado José Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Viade de Baixo, disse que o trabalho que foi feito na captação de água em Viade ficou incompleto, com mais três ou quatro dias acabavam o serviço e o mesmo depósito da água ficou sem as portas.

O deputado Acácio Gonçalves disse que vê muitas obras nos documentos que lhe foram fornecidos, mas não vê obras no Alto Fontão, nem em Minas de Bessa. Felicitou a Câmara porque a dívida a fornecedores diminuiu.

O deputado António Ferreira entregou o seguinte documento à Mesa:

“Alguns dirigentes do PSD de Montalegre, com o sentido de denegrirem a imagem do Presidente da Câmara, lançaram uma campanha contra a autarquia que estaria, segundo eles, numa situação de insolvência.

Desta forma pretendia-se desacreditar a gestão do município e não se olhava a meios para atingir os fins.

Caos, irresponsabilidade, gravidade, futuro hipotecado, má gestão, despesismo, falência, etc, etc., eram algumas das acusações.

Já aqui foi dito na última reunião que, afinal, segundo uma projecção da Associação Nacional de Municípios, a Câmara de Montalegre é a segunda do distrito com melhor capacidade ainda para o endividamento. Só Chaves pode pedir mais dinheiro, enquanto que, por exemplo, Vila Real, não pode pedir nem mais um tostão.

Mas acresce que o endividamento controlado da autarquia corresponde em termos percentuais a dívida menor do que aquela que o PS recebeu quando chegou ao poder. Isto porque o executivo aumentou em termos reais a dívida, mas também passou a receber o triplo do que recebia. Só de 95 a 2001 dobraram as transferências do governo.

Para além disso, os empréstimos foram aprovados por larga maioria porque os senhores Presidentes de Junta sabiam que assim se permitia fazer obras que de outra forma não era possível realizá-las, acelerando-se dessa forma o desenvolvimento, o progresso e o bem estar das nossas populações.

Também foi referido várias vezes que a dívida estava empolada porque havia pagamento de fundos comunitários em atraso e que havia outras obras que foram iniciadas antes da sua aprovação, mas que há garantias do seu financiamento. E referiram-se essas obras: Urbanismo Comercial de Montalegre, estrada de Pitões Tourém, estrada da Fronteira de Sendim, variante do Salgado ao Rolo, rede viária do PNPG na freguesia de Cabril e os atrasos nos pagamentos de muitas obras de saneamento e águas e do Piter.

Mas não serviam, fossem quais fossem, as explicações. O PSD queria que a Câmara não tivesse facturas pendentes. Queria, no fundo, que não andassem as obras. E queria que não se aproveitassem os fundos comunitários.

Mas a Câmara e o PS não vão por aí. O PS gere a Câmara para desenvolver o concelho. E temos um ritmo de obras grandes, sem por em causa as pequenas iniciativas nas freguesias, que não se compara com qualquer outro município da nossa dimensão. E fizemos a promoção do nome de Barroso e dos produtos locais de tal forma vantajosa para o dinamismo e a economia local, que muita gente fica incomodada.

E verificamos agora, neste relatório, que a Câmara, mesmo sem receber todos os fundos comunitários que já tem aprovados e correspondente a obra feita e facturada, diminuiu à dívida 1.250.000 euros da última reunião para esta.

Mas se há lista da dívida retirarmos quatro parcelas de empreiteiros com grandes obras, com a respectiva dívida de 238.000 euros, 215.000 euros, 2.053 euros e 1.436.000, então a dívida a fornecedores passaria apenas para 1.512.000 euros (cerca de 300 mil

contos) o que prova a boa saúde financeira da Câmara, o seu cumprimento com os fornecedores e a sua preparação para continuar o ritmo de obras e de investimentos.

O PSD, na sua obsessão do “bota abaixo” perde o tino e não sabe o que diz.”

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o escombros que está a ser transportado é cedido gratuitamente, mas tem que ser a Câmara a carregá-lo e por essa razão foram colocadas algumas máquinas, um catapiler e 2 camiões, no túnel. O material foi depositado em caminhos agrícolas e rurais e depositam-se duas carradas para ajudar a criar um local de estacionamento junto a um restaurante, para não estar a estrada atravancada. Disse que a máquina giratória só esteve no túnel quando não tinha outro serviço. Sobre o caminho que dá acesso ao parque eólico, disse que é um caminho agrícola e rural e que por isso foi beneficiado. Sobre os trabalhos em Viade, disse que vão ser concluídos. Sobre a dívida, disse que a Câmara tem dívida porque tem feito muitas obras. Sabe que a pode pagar e teve o arrojo de avançar com as obras antes de serem financiadas. Não vale a pena as demagogias, a Câmara tem sessenta dias para pagar e é por isso que a dívida existe. A situação está perfeitamente justificada e referem-se muitas obras que já estão pagas, mas ainda faltam receber 300 mil contos, que chegam um dia destes. A situação desta autarquia é das melhores. Referiu ainda que um empresário lhe tinha dito que em Espanha as Câmaras demoram 3 anos a pagar.

Pediu esclarecimentos o deputado Domingos Vasconcelos, que disse que sobre o caminho para as eólicas estava esclarecido. Sobre as máquinas do túnel, um catapiler e dois camiões, parece-lhe muito, apesar de ter elogiado o facto de a Câmara ter conseguido os inertes.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que as máquinas que foram para o túnel prestaram um bom serviço, mas, quando fizeram falta nas aldeias, imediatamente foram encaminhadas para lá.

A Assembleia tomou conhecimento.

3. Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o regulamento tinha de ser alterado para que as coimas fossem mais altas, tendo por objectivo dissuadir os infractores. O Senhor Vereador Nuno Alves Pereira expôs as linhas gerais do regulamento.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais, António José Carvalho, António Ferreira, Ricardo Moura e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais julga que há várias imprecisões no regulamento e que se fosse possível retirar o artigo 29 não colidia com as regiões de Barroso porque esse artigo diz que as pessoas devem levantar os dejectos dos animais e a questão colide com a prática do Barroso. Não é norma deste concelho que se multem as pessoas porque caem do tractor ou da cisterna dejectos de animais. Pensa que este artigo não faz sentido e deve ser suprimido. Referiu-se ainda ao número 2 do artigo 52 em que as coimas variam entre os 2500 euros e os 45 mil euros. Presume que se destina a depósitos de entulhos e a variação parece-lhe muito grande; de resto concorda com o regulamento.

O deputado António José Carvalho disse que este regulamento é muito importante e concorda com ele de forma geral porque os resíduos sólidos abundam nas bermas das estradas e nas florestas e é necessário haver um regulamento que obrigue as pessoas a cumprir. Contudo, parece-lhe que são multas muito exageradas e podem não ser aplicadas. Perguntou se a alínea i) sobre o lançamento de objectos cortantes na via pública, não pode ser extensivo às barragens onde há pessoas que se cortam em vidros. Pediu ainda para que a Câmara fizesse uma campanha de sensibilização no sentido de informar as pessoas que os papeleiros que são colocados nas ruas são para colocar papéis e não sacos de lixo como acontece. Terminou, dizendo que, no geral, concorda com o regulamento e se for aprovado espera que seja posto em execução porque, na maioria das vezes, as leis não são cumpridas.

O deputado António Ferreira disse que pior do que não existir um regulamento é existir um e não ser cumprido. Disse que não sabe a quem compete a fiscalização, se à Câmara, se à GNR, porque nas ruas principais da vila vê-se o lixo espalhado.

O deputado Ricardo Moura disse que os agricultores devem ter um bocado de brio e de responsabilidade. Recebeu há tempos uma carta da Câmara em que era da responsabilidade da Junta arranjar locais próprios para o lixo. Referiu que não é a população da sua freguesia que deixa o lixo nas bermas da estrada, mas sim a população de Montalegre, nomeadamente na estrada da Pista onde alguns empresários vão lá colocar os lixos das pedreiras. Já colocou placas de proibição de vazar lixo, mas as pessoas não respeitam, pediu por isso à Câmara que vedasse aquele terreno. Referiu ainda que as vacarias nas aldeias proporcionam más condições de vida às populações e têm de se ter a consciência de que as coisas têm de ser alteradas: criar condições para que se possa ter as vacarias, sem prejudicar as pessoas. Disse ainda que não vale a pena arranjar, nem melhorar caminhos, se os proprietários dos terrenos não cortarem as silvas e não tirarem as águas dos caminhos. Pensa que aí sim, deve haver multas pesadas.

O deputado Paulo Cruz pensa que tratar desta área é uma forma de mostrar civismo às pessoas que nos visitam. É um concelho com muito turismo e as pessoas gostam de vir cá para ver as nossas paisagens e muitas vezes encontram os montes sujos com colchões, frigoríficos, etc. Disse ainda que esta proposta deve ser votada por unanimidade porque, sobre este assunto, os partidos devem ser postos à parte.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que o regulamento não tem nada a ver com as vacarias, é para restringir e para dar alguma poder para se cumprirem normas de higiene e sanidade dos tempos modernos e exigidas por lei, e que todos os cidadãos têm direito. Não se aplica uma coima sem uma justificação. Aplica-se uma coima mas, antes da sua aplicação, há uma chamada de atenção. Não há a repressão do poder ou do regulamento, há normas que têm que ser seguidas. Este regulamento foi feito por juristas que são pessoas que sabem e o que deve ser feito. Há alguns que dizem defender os agricultores, e as pessoas que estão a levar com os maus cheiros e todos os dias? Há reclamações de pessoas porque os vizinhos não cumprem as condições de higiene e sanidade. Sobre os contentores, disse que a Câmara faz a recolha dos resíduos sólidos urbanos. Os lixos do comércio, a Câmara não é obrigada a recolher e os comerciantes têm que se livrar dos seus próprios lixos e são estes que fazem mais lixo e são os que têm menos cuidado. Disse ainda que o artigo 29 não tem coimas, só diz aquilo que não se deve fazer e se o

fizerem são repreendidos e aquilo que é proibido tem coima. As multas são pesadas para dissuadir os infractores porque não pode haver fiscalização permanente. A fiscalização nas albufeiras não são da competência da Câmara, mas sim do Ministério do Ambiente. Há zonas na vila de maior concentração de lixo e tem havido o cuidado de uma maior limpeza. O entulho das pedreiras pode ser colocado na pista, e o lixo no ecoponto do Valdoso. Mas, muitas vezes para não andar mais um quilómetro, despejam entulho e lixo junto à estrada.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados António José Carvalho, António Cascais e Paulo Cruz.

O deputado António Cascais disse que tinha falado nas coimas porque não lhe parece bem que uma entidade pague 500 contos e uma outra 9 mil contos. A fiscalização pertence à Câmara e à GNR que muitas vezes não têm bom senso. Disse ainda que os contentores que existem na vila não são consentâneos com o que o Senhor Presidente da Câmara referiu e deu como exemplos os contentores que estão situados no Largo do Gato, em frente ao forno da vila, etc.

O deputado Paulo Cruz perguntou quais seriam as possibilidades da recolha do lixo ser feita porta a porta.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que os contentores são contentores e que a sua localização é complicada porque as pessoas querem o contentor perto mas junto da porta do vizinho e há uma certa dificuldade em encontrar um sítio certo. Está-se a estudar a possibilidade do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU) através do sistema de “Molok” que não causam impacto visual, mas também estes têm alguns contras. Há também a possibilidade de recolher o lixo porta a porta e em Boticas e nas cidades é assim que funciona. Referiu que vão ser colocados mais contentores e o serviço de recolha de lixo vai melhorando, mas a qualidade passa também pela atitude das pessoas.

Deliberação: A proposta de regulamento apresentada foi aprovada por unanimidade.

4. Proposta de Projecto de Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Montalegre

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Mário Mendes, e Acácio Gonçalves.

O deputado Mário Mendes congratulou-se com o facto da Câmara ter apresentado este projecto e deve haver uma lei onde se possam enquadrar as pessoas. Quem trabalhou por conta de outrém, sabe que são raras as pessoas que recebem mais do que o salário mínimo nacional e essas pessoas são efectivamente carenciadas e devem ser ajudadas, pelo menos no arranjo de cozinhas e casas de banho.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o regulamento parece-lhe ambíguo porque, segundo o documento, a iniciativa visa ajudar os jovens mais carenciados na tentativa de os fixar no concelho. Pensa que deve englobar todos os jovens porque os mais

carenciados são os que saem do concelho mais depressa. Quanto à titularidade e às condições de atribuição, pensa-se no montante a atribuir e não mostra nada de concreto.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que disse que o regulamento funciona como um instrumento para a Câmara ter cobertura legal para ajudar os mais carenciados. Apesar disso, têm que se cumprir as exigências do artigo 7, para que só os mais carenciados sejam ajudados. Disse que não acreditava em prémio de fixação porque já houve experiências com médicos e professores e não resultaram.

Deliberação: A proposta de regulamento foi aprovada por unanimidade.

5. Proposta de Projecto de Regulamento de Inventário e Cadastro do Património

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Manuel Duarte, José Diogo, Acácio Gonçalves e José Coelho.

O senhor deputado Manuel Duarte alertou a Câmara para o levantamento que se está a fazer do património. Há escolas que foram feitas pelas aldeias e a Câmara está a registá-las como propriedade sua. Chamou a atenção porque mais tarde pode haver problemas.

O deputado José Diogo disse que corrobora aquilo que foi dito pelo deputado Manuel Duarte.

O deputado Acácio Gonçalves disse que este assunto é sério porque o património mexe com o endividamento da Câmara. O inventário deve ser fiel e dele deve constar o historial dos bens.

O deputado José Coelho disse que em Friães a escola foi feita pela aldeia e por isso pediu que essa propriedade reverta a favor da Junta de Freguesia.

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder que se mostrou satisfeito por se ter chegado a esta situação porque só assim se sabe aquilo que a Câmara tem. Contudo, esta situação cria alguns conflitos que têm que ser resolvidos. Disse ainda que iriam vender as escolas porque estão a causar grandes encargos à Câmara e a degradar-se. Se houver alguma associação ou instituição que apresente actividade e que necessitem de instalações poderão ser cedidas.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

6. Proposta de Alteração da Tabela de Taxas e Licenças Municipais

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Cascais e Paulo Cruz.

O Senhor deputado António Cascais perguntou o que é que era o pagamento de antenas e se uma antena colocada numa casa estaria sujeita a taxa.

O Senhor deputado Paulo Cruz disse que, se é esta a forma de descentralização do governo, vê realmente pouco para quem prometeu tanto.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que a taxa por antenas apenas abrange as das telecomunicações e as eólicas e essas mais altas. Referiu ainda que a transferência de competências do Governo para as autarquias é apenas folclore, a avaliar por estas.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Foi lida, em voz alta, a minuta desta acta que, posta à consideração, foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário
